

**PROJETO DE LEI Nº 37, 22 DE JUNHO DE 2009**

***Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção à entidade que menciona e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder, no exercício vigente, subvenção social à entidade “SOCIEDADE COLUMBÓFILA ITAUNENSE”, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para manutenção das atividades.

**Art. 2º** O recurso a que se refere o artigo 1º desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária com a classificação funcional programática nº— 02.13.01.28.122.0041.2.938-3.3.50.43.00.

**Art. 3º** Para fins do repasse da subvenção tratada nesta Lei fica autorizada a celebração de convênio fixando as condições, prazos, critérios de aplicação do recurso e respectiva prestação de contas.

**Art. 4º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Gabinete do Prefeito, 22 de junho de 2009*

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

***OSMAR DE ANDRADE***  
***Procurador Geral do Município***

Itaúna, 22 de junho de 2009

**Ofício nº 284/09/Gabinete do Prefeito**

**Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 37/09**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa., para análise, deliberação e aprovação dos i. Vereadores dessa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei de nº 37, que autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção social à *Sociedade Columbófila Itaunense*, para a manutenção das atividades da referida entidade.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

**EXMO. SR.**

**ANTÔNIO DE MIRANDA SILVA**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE ITAÚNA**

**JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI Nº 37, DE 22/06/09**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa obter autorização desse Legislativo para conceder subvenção social à Entidade “Sociedade Columbófila Itaunense”, sendo que o recurso destinar-se-á à manutenção das atividades da referida entidade no corrente ano, de acordo com seu plano de trabalho, para o qual será celebrado convênio fixando as condições, prazos, critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Com esta justificativa, solicitamos seja o projeto em questão analisado, deliberado e aprovado.

Ao ensejo, expressamos nossos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

***EUGÊNIO PINTO***  
*Prefeito Municipal*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**RELATÓRIO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº. 49/2009**

**Silvano Gomes Pinheiro**

*Relator da Comissão*

Tendo esta Comissão, recebido na data de 24 de junho de 2009, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº. 37/09, de 22 de junho de 2009, nesta Casa registrado sob o nº. 49/2009, que “Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção à entidade que menciona e dá outras providências” de autoria do Prefeito Municipal, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

- Urge salientar preliminarmente que a matéria em questão, trata-se de pedido por parte do Chefe do Poder Executivo, de autorização Legislativa para concessão de subvenção no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) à Entidade “Sociedade Columbófila Itaunense” para manutenção de suas atividades;
- A Entidade é reconhecida de Utilidade Pública nos termos da Lei nº. 3.303, de 11 de novembro de 1997, a qual, pede-se neste ato, a juntada da cópia reprográfica da referida Lei;
- Consta do artigo 3º. do Projeto de Lei em apreço, que o repasse da subvenção estará condicionado a celebração de convênio com a Entidade, onde se fixará as condições, prazos, critérios de aplicação do recurso e respectiva prestação de contas;
- Registre-se que o Processo em análise foi instruído com documentação relativa a prestação de Contas dos recursos repassados pelo Município no exercício anterior, constando de cópia reprográfica do Convênio nº. 53/2008, Plano de Trabalho, documentos contábeis e Certidão da Prefeitura Municipal expedida pela senhora Secretária de Finanças Shirley Regina Pereira da Cunha Silva e pelo senhor Alessandro Ziller da Silva, servidor do Setor de Convênios, certificando a regularidade da Entidade e aprovando as contas relativas aos recursos recebidos;
- Frise-se, que o Plano de Trabalho da Entidade, relativo ao repasse objeto da presente proposta de Lei, não se fez acompanhar da documentação que instruiu o Projeto em análise, salientando no entanto, que não é obrigatória a sua apresentação à Câmara Municipal, mas, tão somente, ao setor de Convênio da Administração Municipal;
- Assim, esclarece este Relator, que deverá o Setor Competente do Município, atentar pela correta aplicação dos recursos públicos repassados em razão da Presente Proposta de Lei, principalmente, com espeque na Lei nº. 9.790/99.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada dentro da correta técnica legislativa, e instruída com os documentos necessários, devendo após vencer o crivo da Comissão de Finanças e Orçamento, em conformidade com o que estabelece o art. 60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara, ser levado a Plenário para apreciação dos Edis desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 2009.

**Silvano Gomes Pinheiro**

*Relator da Comissão de Justiça e Redação*

**FJG**

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
AO PROJETO DE LEI Nº. 49/2009**

Diante da análise, bem como, da emissão do Parecer exarado pelo nobre relator da Comissão de Justiça e Redação Vereador Silvano Gomes Pinheiro, ante o Projeto de Lei nº. 37/09, de 22 de junho de 2009, nesta Casa registrado sob o nº. 49/2009, que “Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção à entidade que menciona e dá outras providências” de autoria do Prefeito Municipal, entendemos que a proposta está instruída com a documentação necessária a uma avaliação por parte dos nobres Vereadores desta Casa, estando portanto a matéria em apreço, em condições de admissibilidade sob os aspectos regimentais e de correta técnica legislativa, conforme estabelece o inciso I, do artigo 60, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, apta portanto, para ser apreciada pelo Plenário, sendo **favorável à apreciação do Projeto em questão, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 29 de junho de 2009.

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Presidente*

**Vicente Paulo de Souza**  
*Membro*

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Édio Gonçalves Pinto, nomeia o Vereador Delmo Gonçalves Barbosa para atuar como relator na apreciação do **Projeto de Lei nº 49/2009, de autoria do Prefeito Municipal de Itaúna, que “Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção à entidade que menciona e dá outras providências”**

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2009

***Édio Gonçalves Pinto***  
*Presidente*

### ***RELATÓRIO:***

O supramencionado **Projeto de Lei nº 49/2009**, recebido por esta comissão em 29 de junho de 2009, após acurado estudo a respeito do assunto, esta relatoria acha por bem que o mesmo, após parecer de legalidade emitido pela douta Comissão de Justiça e Redação, e com toda a documentação necessária, está em conformidade quanto à legislação em vigor no tocante ao aspecto financeiro e, portanto, apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2009

***Delmo Gonçalves Barbosa***  
*Relator*

*Acompanha o Voto do Relator os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento.*

**Édio Gonçalves Pinto**  
*Membro Presidente*

**Silvano Gomes Pinheiro**  
**Membro**